

APRESENTAÇÃO:

da interlocução com as crianças às políticas educacionais para a Educação Infantil

Liana Gonçalves Pontes Sodré *

A Educação Infantil hoje já é uma realidade na legislação educacional, e essas conquistas e mudanças vêm acontecendo como fruto de um processo lento e pleno de marcas históricas que vêm-se mantendo no curso da nossa política educacional.

Farias¹, visando discutir a trajetória da atenção às crianças pequenas no Brasil, assinala uma série de fatores que deram origem à luta em busca do reconhecimento das crianças como seres de direitos, desde o nascimento. A autora nos mostra que, ao longo de séculos, as diferentes crianças (indígenas, negras, brancas, ricas, pobres, meninos, meninas...) não têm recebido os atendimentos que lhes são pertinentes, e a grande maioria sofria e ainda sofre a alienação de uma realidade social e econômica injusta. Assim, em nosso país, historicamente, a educação tem desconsiderado as crianças menores de seis anos, as crianças das camadas socioeconômicas mais baixas, as suas vozes, a diversidade de culturas das diferentes etnias e do meio rural.

Na trajetória de nossa história – o que entendemos por um país chamado Brasil –, a educação tem-se modificado, ainda que de forma lenta, com base nas lutas sociais, nos conhecimentos produzidos pelos estudiosos da área e nas reivindicações dos que vivem a realidade profissional. Os movimentos sociais, no embate por uma condição de vida mais igualitária, têm tido alguns êxitos, porém de forma lenta e gradual. A partir desses movimentos, tem sido possível oferecer educação para um grande número de crianças maiores de seis anos. Contudo, mesmo para as de mais idade, continuamos a perseguir um conjunto de mudanças, empenhados em garantir, além da quantidade de vagas, a qualidade da educação.

Se deixarmos, por um momento, de olhar para o sistema educacional e focarmos nossa atenção na visibilidade da infância (zero a cinco anos), veremos que, até o início do século passado, as crianças pequenas eram vistas a partir de uma analogia com o desenvolvimento das espécies vegetais; assim, era suficiente alimentá-las e dispensar-lhes alguns cuidados. Esta forma de ver as crianças influenciou no nome designado para essa etapa educacional: Jardim de Infância. As crianças, como as flores, demandavam apenas cuida-

* Coordenadora do n. 31 da Revista da FAEEBA: educação e contemporaneidade. Doutora em Educação pela Faculdade de Educação da UNICAMP. Pós-Doutora em Educação pela Faculdade de Educação da Universidade Federal Fluminense. Professora Titular da Universidade do Estado da Bahia (UNEB), Campus Teixeira de Freitas/BA, e do Programa de Pós-Graduação em Educação e Contemporaneidade (PPGEduC/UNEB), Brasil. Endereço para Correspondência: Avenida SS, s/n, Jardim Caraípe, UNEB – 45 995-000 Teixeira de Freitas/BA. E-mail: lsodre@uneb.br

¹ FARIAS, Mabel. Infância e educação no Brasil nascente. In: VASCONCELLOS, Vera Maria Ramos de (Org.). **Educação da infância: história e política**. Rio de Janeiro: DP&A, 2005. p. 33-50.

dos, enquanto durasse o processo biológico de maturidade neurológica que possibilitaria, desde segurar o próprio pescoço, controlar as pernas para o andar ereto, até adquirir um vocabulário rico e bem articulado. Perceber as crianças dessa maneira contribuiu para que o espaço reservado a elas fosse voltado apenas ao atendimento às necessidades básicas (saúde, alimentação e higiene), restringindo-se aos aspectos biológicos de mudanças muito visíveis dos primeiros anos de vida. Sob tal perspectiva, os estudiosos estavam deixando de lado aspectos complexos das transformações que ocorrem no processo de desenvolvimento.

Acrescente-se a isso outros fatores apontados por Ariès², especialmente quando nos mostra, com seus estudos sobre a história social da criança e da família, que as crianças pequenas foram-se tornando fonte de divertimento para os adultos e que o alto índice de mortalidade infantil as tornava seres efêmeros, que evocavam um sentimento superficial: a paparicação. À medida que sobreviviam aos primeiros anos, passavam a ter uma função, um ofício, ou se tornavam importantes para a continuidade de uma tradição ou linhagem.

Por conseguinte, voltando à análise histórica da educação formal em nosso país, se a qualidade da educação das crianças maiores de seis anos ainda está sendo uma meta a ser alcançada, não é difícil imaginar como tem sido árdua a tarefa empreendida para ampliar a oferta da educação para as demais crianças de menos idade.

Engrossando as fileiras dessa luta, é com muita satisfação que reservamos um número de nossa revista especialmente para lançar um olhar para a Educação Infantil. Esta tarefa mostrou-se muito mais fácil na medida em que são muitos e variados os estudos que estão sendo produzidos. O tema tem ocupado cada vez mais espaço nos periódicos, nos eventos científicos e nos livros que estão sendo publicados. Temos clareza de que é preciso produzir e divulgar conhecimento científico de qualidade para embasar essa etapa da educação. Além disso, a divulgação do conhecimento permite ampliar os debates e as críticas, assim como contribuir para a formulação de novas políticas públicas.

Em resposta ao tema proposto para este número, recebemos uma grande quantidade de artigos de diferentes origens, temas, abordagens teóricas e metodológicas, bem como das diversas vertentes das ciências humanas. Selecioná-los dependeu da contribuição de muitos consultores, que prontamente se dispuseram a participar com suas valiosas críticas e sugestões. No entanto, não foi uma tarefa fácil ordenar o conjunto de artigos selecionados para dar uma forma lógica a este número, que permitisse ao leitor mergulhar na leitura da revista, identificando com clareza as questões mais contundentes e desafiantes para os estudiosos da área. Foi perseguindo este propósito que dividimos os artigos em quatro conjuntos distintos.

O primeiro conjunto põe em destaque **as crianças de zero a cinco anos**, que são as verdadeiras protagonistas desta etapa da educação. Compondo este conjunto de artigos, iniciamos com um olhar para a infância de modo mais amplo, com a discussão propiciada por *Tânia de Vasconcellos*. A autora mostra de forma clara a relação criança, patrimônio e memória, nos diálogos esta-

² ARIÈS, Philippe. *História social da criança e da família*. 2. ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1981. p. 279.

belecidos entre a cultura de massa e os saberes patrimoniais e a possibilidade de as crianças romperem com o silenciamento da cultura popular e se encontrarem no passado. No segundo artigo, *Maria Cristina Martins* nos leva a refletir sobre a criança e suas famílias, tal como elas são vistas nos discursos das professoras. Nestes discursos, percebe-se que a correspondência entre o baixo desempenho escolar e a pobreza é justificada a partir de mecanismos individuais, que já começam a ser inculcados nas crianças desde os primeiros anos de escolarização. A responsabilidade do desempenho educacional passa a ser da própria criança ou da sua origem familiar e a escola passa e se eximir de seu papel e a legitimar as práticas excludentes. Aprofundando a questão, *Bianca Recker Lauro* se propõe a discutir a diversidade na/da infância e, rompendo paradigmas históricos, busca “escutar” as diferentes crianças. Argumenta que, se a escola determina um tempo certo para fazer as coisas e um jeito predeterminado de ser criança, ela rompe com a possibilidade de contar com as diferentes crianças e suas riquezas culturais no processo educacional.

Ainda neste primeiro conjunto de estudos, temos a pesquisa de *Zena W. Eisenberg*. Com uma análise mais voltada para o processo de desenvolvimento infantil, ela parte da premissa de que o tempo é um conhecimento muito abstrato e de difícil compreensão, e tem por hipótese de que o desenvolvimento do conceito de tempo na criança se processa nas relações sociais e a partir do domínio da linguagem. Descreve que a rotina diária se fragmenta em atividades seqüenciadas e, à medida em que as crianças vão dominando os conceitos temporais, elas também vão passando a identificar e a planejar uma seqüência de eventos numa linha de tempo. Numa outra perspectiva, *Adrián Oscar Montoya Dongo* e *Luciana Batista Spiller*, fundamentados nos estudos de Piaget, demonstram o papel ativo da imitação como um mecanismo essencial para o desenvolvimento da organização fonético-fonológica da fala da criança. Preocupada com a formação social e cultural das crianças, *Viviam Carvalho de Araújo* ressalta que a brincadeira de faz-de-conta é uma atividade essencial para o desenvolvimento das crianças. Ela constrói nos seus estudos um diálogo com as próprias crianças, no propósito de contar com suas contribuições para o processo educacional. Críticos das atividades lingüísticas que não dialogam com as crianças, *Greice Ferreira da Silva* e *Dagoberto Buim Arena* discutem que, quando a criança começa a ler, ela deve ter uma participação ativa no processo, a fim de favorecer uma atitude de leitora. Para isso, propõem o acesso aos gêneros os mais diversos, incluindo também as histórias em quadrinhos, pois, na sua estrutura, palavra e desenho passam a compor o caráter sincrético e intuitivo do pensamento infantil.

Este primeiro conjunto se volta especificamente para as crianças, dando não só visibilidade a elas, mas possibilitando a construção de um diálogo polifônico, em que os discursos não se sobrepõem mas se complementam.

No segundo conjunto de estudos que compõe a revista, damos destaque para quatro artigos que abordam as **novas tecnologias**, haja vista que a Educação Infantil tem ficado à margem dessas questões, como se as crianças pequenas não precisassem de tais recursos. Neste sentido, *Luciene Silva de Sousa* e *Guaracira Gouvêa* abrem o debate com um estudo sobre o processo de exclusão da Educação Infantil em um programa municipal de informática e, nas suas conclusões, assinalam que ainda é preciso rever as concepções

de criança e de tecnologia implícitas nesses programas. As autoras, assim como *Jocenildes Zacarias Santos*, entendem que os novos recursos tecnológicos, a despeito de suas complexidades, podem e devem ser utilizados para apresentar o mundo às crianças e fazê-las refletir sobre os contextos que as cercam. Jocenildes acrescenta ainda que cabe à educação a formação de novas culturas com o suporte das tecnologias de comunicação e informação. *Sandro da Silva Cordeiro* e *Maria das Graças Pinto Coelho*, também atentos às atuais determinações da contemporaneidade, analisam a influência das mídias na formação de uma nova cidadania cultural e deixam evidente que as crianças têm direito a compreender as mensagens e imagens divulgadas pelas mídias e a estarem aptas a questionar o seu conteúdo. *Marelenquelem Miguel* e *Geovana Mendonça Lunardi Mendes* se aliam nesta discussão sobre o uso das novas tecnologias digitais na educação e trazem também para o debate o uso do vídeo dentro do âmbito da Educação Infantil.

No terceiro bloco, afunilando o olhar em direção aos **profissionais que atuam na Educação Infantil**, começamos com o trabalho de *Anatália Dejané Silva de Oliveira*. Ela discute o que dizem os/as licenciados/as sobre suas experiências na formação para a docência na Educação Infantil em um curso de Pedagogia com habilitação em Educação Infantil e Magistério do Ensino Fundamental nas Séries Iniciais. Das suas conclusões, destacamos um dos fatores que mostram que esta habilitação é vista como um curso de menor valor, porque forma o professor para atuar em sala de aula com crianças de pouca idade. Com outro ângulo, o artigo de *Rosimar Serena Siqueira Esquinsani* analisa a política de recursos humanos definida para os/as profissionais que atuam nos berçários. Identifica que é uma política caracterizada por uma racionalidade financeira descomprometida com a qualificação pedagógica, que define um contingente quase que exclusivamente de servidoras leigas terceirizadas para atuar junto às crianças nos dois primeiros anos de vida. Atentas às dificuldades originadas por uma formação inadequada ou insuficiente, *Núbia Schaper Santos*, *Ilka Schapper Santos* e *Léa Stahlschmidt Pinto Silva* apresentam um estudo sobre o processo de formação continuada das educadoras que já atuam nas creches, fundamentado na pesquisa crítico-colaborativa. Uma intervenção que parte dos conflitos, das questões e das tensões, presentes no dia a dia das educadoras, como matéria-prima para a reflexão das profissionais envolvidas no processo de construção-desconstrução-reconstrução de suas práticas. Procuram favorecer reflexões críticas na análise das relações entre teoria e prática através das interlocuções entre pesquisadores, educadores e profissionais da creche, com o propósito de produzir conhecimentos novos e contextualizados. Sem citar diretamente a Educação Infantil, mas levando em consideração que a formação em Curso Normal Superior também se destina aos profissionais que atendem a esta primeira etapa do ensino básico, temos o trabalho de *Giovana Cristina Zen* com dois grupos de concluintes do Curso Normal Superior. Ela discute o papel da literatura, mediada por fábulas, na formação de alunos e professores. Ainda dentro deste terceiro bloco, e por ser uma revista da Bahia e sobre Educação Infantil, tornou-se muito pertinente o artigo de *Elizete Silva Passos*, que visa compreender as idéias e atuações da educadora baiana Angelina da Rocha de Assis em prol da educação pré-escolar em Salvador.

Uma profissional dedicada e atualizada a quem muitas diretoras e professoras (como eu) da Educação Infantil se dirigiam para dirimir suas dúvidas e questões e que muito contribuiu para a formação de profissionais que se dedicavam à Educação Infantil.

Com um foco mais voltado para **a escola** ou para **o sistema educacional**, temos um quarto conjunto de estudos, que começa com o texto de *Tereza Vasconcelos*. A partir de uma perspectiva mais ampla, ela descreve e fundamenta o esforço de Portugal em ofertar uma Educação Infantil de qualidade. Em seguida, vem o artigo de *Ligia Maria Leão de Aquino*, que relata o processo histórico das creches comunitárias e da política de Educação Infantil pública no Rio de Janeiro, com destaque para os embates entre: educação x assistência, direito x bem-estar. Alguns estudos se debruçam sobre o que acontece nas escolas, tais como o artigo de *Ana Rosa Costa Picanço Moreira* e *Vera Maria Ramos de Vasconcellos*. As autoras chamam a atenção para a análise dos espaços educacionais, haja vista que podem ser elementos constitutivos dos processos educacionais e parceiros nas práticas pedagógicas. Os estudos das interfaces da organização espacial deixam evidente a importância da criação de ambientes voltados para o desenvolvimento infantil, onde as crianças se identifiquem como participantes do processo educacional, rompendo com a concepção adultocêntrica, que determina o papel da criança nos espaços que frequenta. O estudo de *Karina de Oliveira Santos Cordeiro* e *Liana Gonçalves Pontes Sodré* também permite identificar concepções adultocêntricas. As autoras buscaram desvelar idéias e crenças das professoras a respeito de atitudes e comportamentos das crianças, tendo por base as seguintes palavras: autonomia, independência, disciplina e obediência. Nas descrições das professoras, as autoras identificaram o conceito de infância silenciada, tal como foi-se constituindo no curso da história humana, ou seja: um mundo de adultos onde as crianças não têm voz. No último artigo deste quarto bloco, *Lerida Cisotto* e *Ana Rita de Cássia S. Barbosa* propõem a organização do cotidiano escolar da Educação Infantil, com suas rotinas, seus espaços e materiais apropriados, com o objetivo de dar significado, vida e prazer às descobertas das crianças, antes da aprendizagem convencional da leitura e da escrita, a partir de um processo denominado pelas autoras de “alfabetização emergente”.

Os quatro conjuntos de estudos deixam entrever a diversidade de temas e questões suscitadas por essa etapa da educação. Porém, cabe aqui lembrar uma afirmativa de Gondra: “as crianças precisam da infância”³. Isso significa lembrar que as escolas e creches organizadas para elas devem estar atentas às suas experiências de vida e ao processo de apropriação da cultura humana.

As crianças pequenas aprendem no convívio com as expressões culturais que as cercam e nas experiências que vivenciam com as pessoas, e é através destes processos que vão-se identificando e estabelecendo vínculos com seu grupo de origem e com outras formas de ser e estar no mundo. Cabe ao espaço educacional contribuir para estes referidos processos e planejar um projeto político-pedagógico que leve em consideração as realidades das famílias, bem

³ GONDRA, José G. Prefácio: a necessidade da infância. In: VASCONCELLOS, V. M. R. de. (Org.). **Educação da Infância: história e política**. Rio de Janeiro: DP&A, 2005. p. 11.

como os conhecimentos científicos. Para tanto, é preciso reconhecer que todas as atividades práticas, inclusive as de alimentação e higiene, entre tantas outras atividades presentes no dia-a-dia, devem fazer parte do currículo, à medida em que a pedagogia reassuma seu papel de prática teórica. Ou seja, de uma ciência que se propõe a ser desenvolvida a partir da reflexão sistematizada na perspectiva da análise crítica, fundamentada nos conhecimentos científicos e na articulação com a história de vida de cada um dos envolvidos. Deste modo, é possível a participação e o envolvimento de todos na alegria do pertencimento e no encontro das diferentes linguagens.

Em linhas gerais, muitos dos artigos aqui publicados permitem que se antevêja que o currículo idealizado para as escolas de Educação Infantil deve propiciar uma relação intrínseca com as atividades do cotidiano, e é este vínculo que pode tornar sua atuação mais efetiva. Aprender a se alimentar, a conhecer as necessidades do próprio corpo, a se situar no mundo da natureza e no mundo dos outros e com os outros implica exercitar diferentes linguagens e usar uma diversidade de recursos. Ao sentar junto a uma criança frente a um prato de comida, estamos abrindo um sem-número de possibilidades: a qualidade da atenção dedicada ao outro, a riqueza dos elementos presentes nos hábitos alimentares saudáveis, os cuidados de higiene, o prazer dos sabores... Enfim, é possível uma pedagogia e um currículo que dialoguem com a criança, seu corpo, sua história social e os diferentes sistemas de representações culturais. Neste sentido é que a Educação Infantil tem muito a contribuir com as demais etapas da educação, que foram distanciando as crianças de suas realidades e da possibilidade de vivenciar, de forma contextualizada, o conhecimento produzido pelas ciências.

Antes de concluir esta apresentação, gostaria de ressaltar ainda duas questões: primeiro, que olhar para a Educação Infantil com o viés das pesquisas tem exposto com mais contundência os problemas crônicos do sistema educacional como um todo; e segundo, a importância de cada etapa da educação para as etapas subsequentes.